

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ (MF) Nº 19.527.639/0001-58

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2003.

Aos dez dias do mês de julho do ano 2003, às 10h, na Avenida Presidente Vargas, nº 463 – 21º andar, no Rio de Janeiro – RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, com a presença da totalidade de seus membros, sob a presidência de Ivan Müller Botelho, tendo como secretário designado Rodrigo Ulrich de Oliveira. Tendo em vista reunião deste Conselho de Administração ocorrida em 15 de maio de 2003, o senhor Presidente expôs que a presente reunião tem por objeto o exame, discussão e votação da proposta da Diretoria acerca dos termos e condições detalhados da 6ª Emissão Pública (a “Emissão”), pela Companhia, de 130 (cento e trinta) debêntures simples, em duas séries, ao preço nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão reais) (as “Debêntures”), totalizando o valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 15 de julho de 2003, tudo em consonância com as condições gerais da Emissão, estabelecidas em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 15 de maio de 2003. A Diretoria terá poderes para: (a) contratar com instituições financeiras a intermediação da Emissão das Debêntures, (b) nomear agente fiduciário e (c) praticar os demais atos necessários à realização, formalização e administração desta Emissão. **DELIBERAÇÕES:** Após as considerações do Presidente, o Conselho de Administração, por unanimidade, tomou as seguintes deliberações: **1** - Em complementação às deliberações da Assembléia Geral de Acionistas e da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ambas realizadas em 15 de maio de 2003 e, com base no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei 10.303 de 31 de outubro de 2001 (“Lei das Sociedades por Ações”), aprovaram as seguintes condições das Debêntures da 6ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia: **1. Quantidade Total de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 130 (cento e trinta) Debêntures, sendo 110 Debêntures na 1ª Série e 20 (vinte) Debêntures na 2ª Série. **2. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures de ambas as séries será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”). **3. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão. **4. Número de Séries:** A Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª Série no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) e a 2ª Série no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). **5. Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data da emissão das Debêntures de ambas as séries será o dia 15 de julho de 2003 (a “Data de Emissão”). **6. Tipo, Forma e Conversibilidade:** As Debêntures serão escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **7. Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, gozando as Debêntures de ambas as séries de privilégio geral sobre os ativos da Companhia. **8. Prazo e Data de Vencimento:** O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis meses) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de julho de 2006 e o prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série será de 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de janeiro 2008, ocasiões nas quais a Companhia se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação de cada uma das séries. **9. Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição

pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de setembro de 1980. Serão atendidos, preferencialmente, os clientes do(s) coordenador(es) da emissão e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, subcontratadas por esse(s) coordenador(es) (sujeitas à prévia comunicação por escrito à Companhia), não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.

**10. Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures de ambas as séries farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, over extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de spread), calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (a "Remuneração").

**11. Incremento da Remuneração:** Caso a Companhia não cumpra com determinadas obrigações a serem estabelecidas na respectiva Escritura a ser firmada com relação à Emissão, poderá ocorrer o aumento do *spread* utilizado para cálculo da Remuneração em 1% (um por cento), passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada por um *spread* de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, calculada *pro rata temporis*.

**12. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento:**

**12.1. Condições de Subscrição e Integralização:** As Debêntures de ambas as séries da Emissão serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de efetiva integralização. As Debêntures de ambas as séries serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) com quaisquer créditos líquidos e certos que o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Schahin S.A., Banco Rural S.A., Banco Itaú S.A. e/ou Banco Santos S.A. detenham perante a Companhia até o montante de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).

**12.2. Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures de qualquer uma das séries serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o "BOVESPA FIX"); ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do respectivo Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

**12.3. Carência, Amortização e Pagamento da Remuneração:**

**12.3.1.** Não haverá amortização do saldo devedor de principal (Valor Nominal Unitário), nem pagamento da Remuneração das Debêntures de ambas as séries durante os 6 (seis) primeiros meses contados da Data de Emissão (o "Período de Carência"). Durante o Período de Carência, a Remuneração deverá ser capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures.

**12.3.2.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada uma das séries será amortizado mensalmente, após o Período de Carência, comprometendo-se a Companhia a liquidar, com a última prestação de cada uma das séries, todas as obrigações decorrentes da respectiva Escritura de Emissão a ser firmada com relação à respectiva série. O valor de cada uma das parcelas

de amortização será equivalente ao Valor Nominal Unitário dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira parcela: (i) com relação às Debêntures da 1ª Série, no dia 15 (quinze) do mês de janeiro de 2004 e as 29 (vinte e nove) parcelas restantes nos dias 15 (quinze) dos meses subsequentes; e (ii) com relação às Debêntures da 2ª Série, no dia 15 (quinze) do mês de janeiro de 2004 e as 47 (quarenta e sete) parcelas restantes nos dias 15 (quinze) dos meses subsequentes. 12.3.3. Os pagamentos dos valores devidos pela Companhia aos debenturistas em razão da Remuneração das Debêntures de ambas as séries, calculada conforme estabelecido no item 10 acima, deverão ser realizados mensalmente, após o Período de Carência, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme disposto no item 12.3.2. acima. **13. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures de qualquer uma das séries em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser colocadas novamente no mercado. **14. Aquisição Obrigatória:** A Companhia poderá obrigar-se a utilizar, e obrigar-se a fazer com que a Energipe, SAEPA, CENF e CELB utilizem, parcela dos valores por elas recebidos (i) em virtude de determinados créditos que detêm perante o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e (ii) decorrentes de indenização da União Federal na hipótese de extinção de concessões de prestação de serviços de distribuição e geração de energia elétrica, para aquisição obrigatória total ou parcial das Debêntures de ambas as séries, sob pena de vencimento antecipado das obrigações relativas à Emissão. A utilização desses créditos, conforme aqui mencionada, poderá estar sujeita a condições específicas da respectiva Escritura a ser firmada com relação à Emissão, inclusive a sua utilização prioritária para pagamento de outras dívidas. **15. Vencimento antecipado:** Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas à respectiva Emissão e exigido o imediato pagamento pela Companhia do montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação da Emissão, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures de qualquer uma das séries nas respectivas datas de vencimento; b) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes (conforme definido abaixo); c) liquidação ou decretação de falência da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes; d) extinção ou dissolução da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes; e) não realização da aquisição obrigatória das Debêntures de qualquer uma das séries conforme previsto no item 14 acima, bem como a alienação de ativos que tenham valor individual ou total igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem prévia aprovação dos debenturistas da Emissão representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto com relação à alienação das ações detidas pela Companhia (i) de forma direta na Teleserv S.A.; e (ii) de forma indireta na Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.; f) penhora legítima de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); g) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado

por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia ou por sua respectiva Controlada Relevante, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência; h) inadimplemento, pela Companhia, pela GIPAR S.A. ou pela ITACATU S.A., de qualquer obrigação prevista na respectiva Escritura de Emissão de debêntures (inclusive com relação à quebra ou inveracidade de qualquer das disposições constantes da Cláusula VII da Escritura de Emissão), não sanada em 15 (quinze) dias, contados da ocorrência do respectivo evento, desde que não esteja previsto naquela Escritura prazo específico para a correção do inadimplemento; i) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos Documentos de Garantia (conforme definido abaixo), pelas partes signatárias daqueles instrumentos, não sanada no prazo específico determinado em referidos documentos; j) vencimento antecipado, ou a ocorrência de qualquer fato ou evento que, mediante a entrega de notificação ou lapso temporal, possa ensejar o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes, de valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); k) se a Companhia ou qualquer de suas Controladas Relevantes deixar de pagar, injustificadamente, em até 30 (trinta) dias após a data de vencimento, ou não tomar as medidas administrativas, legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Companhia e/ou suas Controladas Relevantes segundo qualquer acordo ou contrato do qual elas sejam as partes financiadas, envolvendo valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); l) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Companhia e/ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até 15 (quinze) dias contados da citação da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes; m) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou laudos arbitrais definitivos contra a Companhia e/ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is); n) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto se tal reorganização societária: (i) não afetar de qualquer forma a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afetar de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; o) extinção, por qualquer motivo, de qualquer das concessões de distribuição de energia elétrica de titularidade da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes que sejam concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo das obrigações da Companhia de realizar a aquisição obrigatória das Debêntures nos termos do item 14, acima; p) se qualquer das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, a qualquer tempo ou por qualquer motivo, perderem sua eficácia ou deixarem de estar em pleno vigor ou forem declaradas nulas ou sua validade ou exequibilidade forem impugnadas, sem sua devida substituição em até 30 (trinta) dias após o envio de notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, conforme previsto na respectiva Escritura de Emissão; q) se houver, a critério do agente fiduciário, a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos debenturistas da Emissão, sem seu devido reforço em até 45 (quarenta e cinco) dias após o envio de notificação pelo agente fiduciário nesse sentido; r) quaisquer



mudanças no objeto social da Companhia que possam de qualquer forma afetar o cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes da Escritura de Emissão ou dos Documentos de Garantia; s) qualquer reestruturação societária que envolva a CENF ou seus ativos, quaisquer mudanças no objeto social da CENF, ou quaisquer alterações nos atuais direitos e vantagens das ações preferenciais e ordinárias de emissão da CENF que possam de qualquer forma, a critério do agente fiduciário, afetar substancialmente o penhor sobre as ações de emissão da CENF e/ou as obrigações decorrentes do respectivo Contrato de Penhor de Ações por meio do qual será constituído penhor sobre as ações de emissão da CENF e de titularidade da Companhia, em benefício dos debenturistas da Emissão; t) concessão de opção de compra, cessão, oneração, gravame, cessão de direitos de subscrição ou qualquer outra forma de alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa que acarrete a transferência ou a alteração, incluindo compartilhamento, da atual estrutura do controle acionário da Companhia, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia autorização de debenturistas representando à época, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão; u) emissão, pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma, a critério do Agente Fiduciário, afetar o mecanismo alternativo de pagamento previsto no item 19 abaixo; v) não constituição da Conta Reserva (conforme abaixo definido) na data e forma previstas na respectiva Escritura de Emissão a ser firmada ou não recomposição do Saldo Mínimo (conforme abaixo definido) da Conta Reserva em prazo previsto na respectiva Escritura de Emissão a ser firmada; w) não realização, em até 60 (sessenta) dias dos respectivos prazos devidos, pela Companhia, do pagamento, inclusive quando for parcelado, de todos os tributos federais, estaduais ou municipais, e encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais a que esteja ou venha a estar sujeita, exceto se contestados de boa-fé em instância administrativa ou judicial, conforme o caso; x) as declarações realizadas em cláusula específica de "Declarações e Garantias" que deverá constar da respectiva Escritura de Emissão, pela Companhia, pela GIPAR S.A. e/ou pela ITACATU S.A., sejam falsas ou enganosas ou, ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas; y) declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes de contratos que venham a ser garantidos pelo penhor de ações de emissão da CENF, na hipótese de ocorrer o compartilhamento desse penhor, constituído em favor dos debenturistas da Emissão, nos termos do item 18.1. abaixo; z) alteração relevante na natureza dos negócios da Companhia, conforme conduzidos nesta data, bem como alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data; e aa) demais casos previstos em lei. Para fins do aqui disposto, "Controladas Relevantes" significa as seguintes sociedades controladas, de forma direta ou indireta pela Companhia: CAT-LEO Energia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora, Energisa S.A., Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe, Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF, Companhia Energética da Borborema – CELB, PBPART Ltda. PBPART SE 1 S.A., PBPART SE 2 Ltda. **16. Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia reserva-se o direito de, após decorrido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data de Emissão e em cada data em que se complete um período subsequente de 90 (noventa) dias contados após esse período inicial de 360 (trezentos e sessenta) dias, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos debenturistas da Emissão, promover o resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das séries em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da respectiva Remuneração. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo

do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e poderá ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo respectivo agente fiduciário. **17. Repactuação:** As Debêntures de ambas as séries desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada. **18. Garantias Adicionais:** 18.1. As Debêntures de ambas as séries desta Emissão gozarão das seguintes garantias adicionais: (i) vinculação de receitas da Companhia, na forma estabelecida por meio de instrumento específico; e (ii) penhor de ações de emissão da CENF e de propriedade da Companhia, na forma estabelecida por meio de instrumento específico. A garantia representada pelo penhor sobre as ações da CENF poderá, mediante a autorização de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão, ser compartilhada em igual grau de prioridade e nas mesmas condições com o Banco BNL do Brasil S.A., Banco Rural S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em razão de Contratos de Empréstimos e Financiamentos Fixo firmados entre esses bancos e a Companhia e suas subsidiárias, conforme aditado de tempos em tempos, nos valores máximos de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) e R\$ 335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões) respectivamente. Para fins do aqui disposto, os instrumentos por meio dos quais as garantias referidas neste item deverão ser constituídas serão conjuntamente denominados "Documentos de Garantia". 18.2. As Debêntures de ambas as séries desta Emissão também serão beneficiadas da constituição de uma conta reserva, conforme segue: até o dia seguinte à data de início da colocação das Debêntures, a Companhia obriga-se a constituir e manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das Debêntures em circulação, uma conta reserva (a "Conta Reserva"), na qual serão depositados, a partir do dia útil imediatamente anterior ao encerramento do Período de Carência, recursos financeiros suficientes para o pagamento de 3 (três) próximas parcelas vincendas relativas às Debêntures de ambas as séries, incluindo os valores relativos ao principal (Valor Nominal Unitário) e juros (Remuneração) (o "Saldo Mínimo"). A Conta Reserva somente poderá ser utilizada pela Companhia para efetuar pagamentos de juros e/ou amortização das Debêntures. 18.3. Todas as séries da Emissão gozarão das mesmas garantias adicionais. **19. Mecanismo Alternativo de Pagamento:** Na hipótese de inadimplemento pela Companhia das obrigações previstas na respectiva Escritura de Emissão a ser firmada pelas partes, as Debêntures de ambas as séries poderão ser utilizadas para dação em pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica da Companhia, sem prejuízo dos demais direitos e prerrogativas dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão, e a exclusivo critério destes. **20. Índices Financeiros:** 20.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures de ambas as Séries não for integralmente liquidado, a Companhia poderá obrigar-se a manter as seguintes relações, apuradas com base em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) Dívida Bruta Total/EBITDA apurada com base nas Informações Trimestrais – ITR da Companhia, menor ou igual a (a) 5,0 (cinco inteiros) no terceiro trimestre de 2003; (b) 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 4,3 (quatro inteiros e três décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 4,0 (quatro inteiros) no segundo trimestre de 2004; (e) 3,8 (três inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2004; (g) 3,3 (três inteiros e três décimos) no primeiro trimestre de 2005; (h) 3,0 (três inteiros) no segundo trimestre de 2005; (i) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2005; (l) 2,4 (dois inteiros e quatro décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 2,3 (dois inteiros e três décimos) no segundo trimestre de 2006; (n) 2,1 (dois inteiros e um décimo) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 2,0 (dois inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro apurado com base nas Informações Trimestrais – ITR da

Companhia, menor ou igual a (a) 1,0 (um inteiro) no terceiro trimestre de 2003; (b) 1,2 (um inteiro e dois décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 1,4 (um inteiro e quatro décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 1,6 (um inteiro e seis décimos) no segundo trimestre de 2004; (e) 1,7 (um inteiro e sete décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 1,9 (um inteiro e nove décimos) no quarto trimestre de 2004; (g) 2,1 (dois inteiros e um décimo) no primeiro trimestre de 2005; (h) 2,2 (dois inteiros e dois décimos) no segundo trimestre de 2005; (i) 2,4 (dois inteiros e quatro décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2005; (l) 2,6 (dois inteiros e seis décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) no segundo trimestre de 2006; (n) 2,9 (dois inteiros e nove décimos) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 3,0 (três inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries; e (iii) EBITDA/CAPEX apurada com base nas Informações Trimestrais – ITR da Companhia, menor ou igual a (a) 1,5 (um inteiro e cinco décimos) no terceiro trimestre de 2003; (b) 1,9 (um inteiro e nove décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 2,2 (dois inteiros e dois décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no segundo trimestre de 2004; (e) 2,7 (dois inteiros e sete décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 3,0 (três inteiros) no quarto trimestre de 2004; (g) 3,3 (três inteiros e três décimos) no primeiro trimestre de 2005; (h) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no segundo trimestre de 2005; (i) 3,8 (três inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 4,0 (quatro inteiros) no quarto trimestre de 2005; (l) 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 5,0 (cinco inteiros) no segundo trimestre de 2006; (n) 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 6,0 (seis inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries. 20.2. A apuração dos índices financeiros mencionados acima deverá ocorrer trimestralmente, em até 10 (dez) dias após a data de protocolo, junto à CVM, das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia, com base no período dos 12 (doze) meses anteriores à data do respectivo trimestre de apuração. O saldo de Dívida da Companhia deverá ser o informado nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia. Exclusivamente nos casos em que o spread for aumentado nos termos do item 11 acima, a apuração (re-adequação) das obrigações da Companhia previstas neste item 20 poderá, a critério do Agente Fiduciário, ser baseada em um período de 6 (seis) meses anteriores à data de apuração. **21. Obrigações da Companhia:** A Companhia poderá obrigar-se a fazer o que segue: (i) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que essa acionista se obriga a utilizar, até a integral liquidação das Debêntures, todo e qualquer valor por ela recebido da Companhia e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), oriundo da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, para investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (ii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, e fazer com que, até a data de concessão do registro da Emissão pela CVM, os controladores finais da GIPAR S.A. obriguem-se de forma semelhante, no sentido de que, até a integral liquidação das Debêntures, todas as Dívidas (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) já contraídas pela Companhia ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. e/ou tais controladores finais da GIPAR S.A. estejam sujeitas às seguintes condições: (a) quaisquer pagamentos com relação a referidas Dívidas devem ser imediatamente suspensos até que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Companhia (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” da respectiva Escritura de Emissão) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor) e (b) os



encargos dessas Dívidas (incluindo, mas não se limitando, a juros e correção monetária, se houve) não devem ser superiores à Remuneração (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) das Debêntures; (iii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, e fazer com que, até a data de concessão do registro desta Emissão pela CVM, os controladores finais da GIPAR S.A. obriguem-se de forma semelhante, no sentido de que quaisquer valores referentes a Dívidas (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) contraídas pela Companhia ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. e/ou tais controladores finais da GIPAR S.A., a partir desta data e até a integral liquidação das Debêntures, não sejam devidos e tenham qualquer pagamento (incluindo, mas não se limitando, a principal, correção monetária, e juros) suspensos até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da respectiva Escritura de Emissão) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (iv) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. ou aos controladores finais da GIPAR S.A., de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas junto a essas pessoas, anteriormente a esta data, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da respectiva Escritura de Emissão) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda e aos controladores finais da GIPAR S.A. que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (v) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. ou aos controladores finais da GIPAR S.A., de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas junto a essas pessoas, após esta data, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da respectiva Escritura de Emissão) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda e aos controladores finais da GIPAR S.A. que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (vi) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos de remuneração de Dívida (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) contraída junto a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. ou aos controladores finais da GIPAR S.A., acima da Remuneração (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) das Debêntures; (vii) incluir no instrumento a ser firmado com o Banco Mandatário e Escriturador (o "Contrato de Banco Mandatário e Escriturador"), cláusula prevendo que (i) o Banco Mandatário e Escriturador (ou seu sucessor) deverá prestar diretamente ao Agente Fiduciário as informações que vierem a ser solicitadas referentes às Debêntures e aos pagamentos efetuados pela Companhia aos debenturistas da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão; e (ii) em caso de rescisão do Contrato de Banco Mandatário e Escriturador por iniciativa do Banco Mandatário e Escriturador (ou de seu sucessor), o Banco Mandatário e Escriturador (ou seu sucessor) deverá continuar a prestar os serviços para os quais foi contratado até que (x) uma instituição substituta seja escolhida pela Companhia e aprovada pelo Agente Fiduciário e (y) a instituição substituta comprometa-se a prestar tais serviços, de acordo com os termos e condições do Contrato de Banco Mandatário e Escriturador, e substitua efetivamente o Banco Mandatário e Escriturador na prestação desses serviços;



(viii) tendo em vista a constituição da Conta Reserva, conforme previsto na Cláusula X da respectiva Escritura de Emissão, incluir no contrato a ser firmado com o Unibanco- União de Bancos Brasileiros S.A., na qualidade de Banco Depositário, cláusula prevendo que os representantes legais da Companhia e desse banco depositário, que deverão assinar o respectivo contrato como intervenientes, declarem-se fiéis depositários, a título gratuito, de todos os documentos, livros, arquivos, inclusive os eletrônicos e listagens correspondentes aos valores que deverão constar da Conta Reserva, assumindo a responsabilidade pela guarda dos referidos documentos, obrigando-se, sob as penas da lei e infração ao pactuado na Escritura de Emissão, a entregar cópias desses documentos ao Agente Fiduciário dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de simples solicitação que lhes for feita nesse sentido; (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; (x) não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e a Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia perante a comunhão de Debenturistas; (xi) não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório ou ao mínimo previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucro, até a integral liquidação das Debêntures; (xii) sem o prévio e expresse consentimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de debenturistas da Emissão representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão: (a) não prestar qualquer garantia pessoal (incluindo, mas não se limitando, a fiança e aval) em benefício de quaisquer terceiros, exceto quando a sociedade a ser garantida for uma Controlada Relevante (conforme definido na respectiva Escritura de Emissão) e (b) não realizar qualquer empréstimo, financiamento ou capitalização de qualquer sociedade, em valor individual ou total superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto quando a sociedade a ser financiada ou capitalizada for uma Controlada Relevante; (xiii) não realizar qualquer operação de amortização, resgate ou recompra de ações ou que implique a redução de seu capital social, ou permitir que qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas) realize tais operações; (xiv) não pagar antecipadamente qualquer dívida, exceto: (a) a dívida decorrente da Emissão na forma prevista na Escritura de Emissão; ou (b) dívidas cujo pagamento antecipado tenha sido prévia e expressamente autorizado por debenturistas da Emissão representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; e (xv) não alienar qualquer bem móvel ou imóvel que tenha valor individual ou total superior ou igual a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto conforme disposto no item 12.4.4, da Escritura de Emissão.

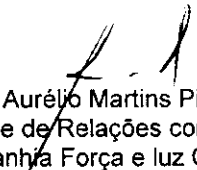
**22. Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Companhia por meio desta Emissão serão aplicados para amortização de suas dívidas que vencerão em 2003 e para formação de capital de giro da Companhia, conforme segue (considerando-se a colocação integral das Debêntures): (i) R\$90.000.000,00 para pagamento de dívidas e (ii) R\$40.000.000,00 para capital de giro. **23. Negociação:** As Debêntures de ambas as séries terão registro para negociação no mercado primário junto ao SDT, e no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLC. II. Fica autorizada a Diretoria a, na forma do Estatuto Social da Companhia, agindo por meio de seus Diretores em conjunto ou por meio de procuradores para este fim constituídos, contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para a colocação pública das Debêntures, bem como a nomear e contratar o agente fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente Escritura da Emissão, tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, todas as providências necessárias para a Emissão das Debêntures, nos termos das deliberações



tomadas nesta Reunião de Conselho de Administração da Companhia e na Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada nesta data, bem como praticar, ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer outros atos e/ou negociar e firmar quaisquer documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para que a Companhia distribua as Debêntures, inclusive preparando, firmando e protocolando perante a CVM, o Banco Central do Brasil e outras entidades e órgãos os contratos e documentos necessários para a colocação das Debêntures. Nada mais havendo a tratar e preenchida a finalidade desta reunião, foi ela suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, secretário designado, e pelos membros do Conselho de Administração: as) Rodrigo Ulrich de Oliveira, Secretário Designado; as) Ivan Müller Botelho, Presidente; as) Ricardo Perez Botelho; as) Omar Carneiro da Cunha Sobrinho; as) Marcílio Marques Moreira; as) Felicia Leigh Bellows; as) Carlos Eduardo Trois de Miranda; as) Thomas Gregg Cauchois.

Confere com o original de se acha lavrado no livro de atas do Conselho de Administração da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2003.

  
Carlos Aurélio Martins Pimentel  
Gerente de Relações com Investidores da  
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina

